

Índice

AGENTE POLÍTICO

Prefeito. Licença para tratar de assuntos particulares. Substituição pelo Vice.

Forma de pagamento dos subsídios 14

Isabela Giglio

Prefeito reeleito. Gozo de férias. Período aquisitivo relativo ao mandato anterior.

Possibilidade desde que observadas as normas locais 17

Ana Luiza Tardelli Siqueira Lazzarini

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Programa de acolhimento a crianças e adolescentes. Utilização dos recursos.

SUAS. Possibilidade com cautelas 22

Fabiana Okano

CÂMARA MUNICIPAL

Requerimento de informação. Obrigatoriedade de atendimento pelo Poder

Executivo ainda que fundamentada em denúncia anônima. Exame das limita-

ções constitucionais. 31

Luciana Gomes de Freitas

CONSELHEIRO TUTELAR

Agente público *sui generis*. Direitos e vantagens próprios dessa categoria. Inaplicabilidade das disposições normativas relativas ao funciona-

lismo público 40

Ana Luiza Tardelli Siqueira Lazzarini

CONTRATO

Concessão. Água e esgoto. Supressão das obrigações previstas para a concessionária. Possibilidade desde que não altere a essência do objeto48

Clarissa Boscaine

Penalidade de multa. Instrumento essencial para a eficiência da contratação. Parâmetros para sua fixação56

Cláudia Klocke Ghini Jorge

Prestação de garantia. Caução em dinheiro. Depósito não realizado em conta específica. Atualização monetária. Procedimento contábil.....65

Elizabeth Toshiko Horie

Prorrogação. Período menor ao da vigência inicial do ajuste. Possibilidade conforme justificativas68

Elisangela Fernandes Reis Silva

DÍVIDA ATIVA

Débitos imputados em razão da decisão do Tribunal de Contas do Estado. Título executivo extrajudicial. Inscrição em dívida ativa. Possibilidade.....74

Mara Guimarães Dantas

DIREITO DE CONSTRUIR

Construção irregular. Embargo. Não atendimento no prazo para regularização. Medidas cabíveis80

Giselle Gomes Bezerra

Habite-se. Unidade autônoma com mais de um pavimento. Acessibilidade. Necessidade de espaço para instalação do elevador. Exame à luz do Decreto Federal nº 9.451/2018.87

Maria Theresa Camillo de Martini

ELEITORAL

Prefeito. Candidato à reeleição. Possibilidade de realizar campanha durante expediente. Cautelas necessárias.94

Isabela Giglio

GESTÃO FINANCEIRA

Recursos com fonte vinculada. Rendimentos negativos. Lançamento contábil. Exame.....100

Alba Hoelz

LICITAÇÃO

Dispensa em razão do valor. Contratação de empresa de consultoria em investimentos. Avaliação da necessidade de objeto frente ao quadro de servidores. Regra de preferência contratual de pequena empresa.102

Rodrigo Melaré

Fase da habilitação. Atestado de qualificação técnica.

Ausência de prazo de validade.109

Elisangela Fernandes Reis Silva

PODER DE POLÍCIA

Microempreendedor individual. Dispensa dos atos públicos para liberação de funcionamento. Exame à luz da Resolução CGSIM nº 59/2020111

Maria Theresa Camillo de Martini

PRECATÓRIO

Autarquia previdenciária. Entidade incluída no regime ordinário. Ausência de regime próprio de pagamento. Lista de credores agrupada ao Município. Forma adequada de contabilização.123

Luciana Gomes de Freitas

RPV (Requisitório de Pequeno Valor). Atualização. Metodologia. Exame à luz da jurisprudência128

Giselle Gomes Bezerra

PREVIDÊNCIA

Contribuição patronal. Suspensão dos repasses com base na Lei Complementar nº 173/2020. Utilização desses recursos às ações de combate à pandemia. Não obrigatoriedade140

José Carlos Polo

Servidor estabilizado pelo art. 19 do ADCT. Inclusão no regime próprio. Exame à luz da legislação local e posição do STF. Impossibilidade142

Rodrigo Garone

PROTEÇÃO DE DADOS

Aplicação da Lei Federal nº 13.709/2018 aos Municípios. Medidas necessárias para sua implementação147

Giselle Gomes Bezerra

SAÚDE

Recursos fornecidos pelo Ministério da Saúde para enfrentamento da covid-19. Forma adequada de aplicação pelos Municípios160

José Carlos Polo

SERVIDOR PÚBLICO

Auxílio à Justiça Eleitoral no dia das eleições. Direito à folga.

Orientações167

Isabela Giglio

Cargo em comissão. Inconstitucionalidade da adoção do regime celetista. Indicação pela sistemática administrativa. Tese adotada pelo Órgão Especial do TJ/SP.174

Rodrigo Garone

Celetista. Emprego em comissão. Fim do mandato eletivo. Manutenção ou desligamento. Orientações.188

Daniella Caetano Landim

Celetista. Emprego em comissão vago. Nomeação. Possibilidade desde que não acarrete aumento de despesa. Inexistência de vedação na Lei Eleitoral, Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Complementar nº 173/2020197

Daniella Caetano Landim

Celetista. Férias. Forma adequada de concessão e pagamento. Exame à luz da legislação vigente e da jurisprudência trabalhista.201

Lucianne Pedroso

Contratação de estagiários e bolsistas. Despesa não caracterizada como gastos com cargo, emprego ou função. Possibilidade à luz da Lei Eleitoral, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Complementar nº 173/2020.210

Rodrigo Garone

TRIBUTOS FEDERAIS E ESTADUAIS

Arrematação de imóvel pelo Município. Cancelamento das penhoras existentes sobre o bem. Pagamento de emolumentos exigidos pelo Cartório de Registro Imobiliário221

Vanessa de Barros Fuster

TRIBUTO MUNICIPAL

ISS. Aplicação da regra segundo a qual o imposto deve ser recolhido para o Município do tomador. Publicação da Lei Complementar nº 175/2020.232

Daniela Marcellino dos Santos

ISS. Fornecimento de sinal de internet. Ausência de previsão na lista. Não incidência. Atividade que não se confunde com a de telecomunicação para efeito de tributação do ICMS.241

Vanessa de Barros Fuster

IPTU e taxa. Desconto para contribuintes adimplentes mediante pagamento à vista. Necessidade de previsão em lei local. Análise à luz da Lei Eleitoral e da Lei de Responsabilidade Fiscal251

Patrícia Seco Torres